

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COLFAC (ALF/SPO)

**Comissão Local de Facilitação de Comércio na Alfândega da RFB em São Paulo
(Portaria Conjunta RFB/SDA/ANVISA nº 1.702, de 07 de novembro de 2018)**

Às dez horas e vinte minutos do dia 01 de agosto de 2019, na Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo (ALF/SPO), Av. Celso Garcia, nº 3580, Tatuapé, São Paulo – SP, foi realizada a 7ª Reunião da Comissão Local de Facilitação de Comércio – COLFAC, que contou com a presença de representantes da ALF/SPO, da ANVISA, do VIGIAGRO, de despachantes aduaneiros, da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP), dos recintos alfandegados sob a jurisdição da ALF/SPO, da Fiesp e da FecomercioSP.

Participantes Efetivos:

Karen Yonamine Fujimoto, auditora-fiscal da RFB, Delegada da ALF/SPO
Pedro Antônio de Andrade, auditor-fiscal da RFB, Chefe do SEDAD da ALF/SPO
Carina Mayumi Yamashita Oura, Representante da ANVISA
Ari Ajzentel, Representante do VIGIAGRO
Celso Gabriel Herreira Nascimento, Representante do VIGIAGRO
Laura Albuquerque Oliveira, Representante da SEFAZ/SP
Marcelo Arnoni Penteado, Representante da SEFAZ/SP

1. ABERTURA

A Sra. Delegada Karen Yonamine Fujimoto, auditora-fiscal, cumprimentou todos os participantes e agradeceu-lhes o comparecimento em mais uma reunião da COLFAC (ALF/SPO), destacando a presença dos servidores da Receita Federal do Brasil lotados nos recintos alfandegados em cidades do interior do estado de São Paulo e do Chefe da 5ª Região (SGRV5/DOF) do VIGIAGRO, Sr. Celso Gabriel Herreira Nascimento, apresentado aos presentes. Enumeraram-se, em seguida, os itens da pauta: (1) reestruturação da RFB e organização da nova 4ª Região Fiscal (São Paulo), (2) Centro de Conferência Remota – CONFERE, (3) informações e perspectivas futuras sobre o Sistema Harmonizado (SH) discutidas na última conferência da OMA e (4) devolutiva de encaminhamentos pendentes de reuniões anteriores.

2. TEMAS RELACIONADOS COM A RFB

- **Reestruturação da Receita Federal do Brasil e Organização da Nova 4ª Região Fiscal (Estado de São Paulo)**

Introduzindo o tema, a Sra. Delegada Karen Yonamine Fujimoto exibiu a todos um vídeo institucional com informações gerais da reestruturação da RFB já em curso, cuja motivação sustenta-se nas restrições orçamentárias, na carência de servidores e na necessidade de atender ao disposto no Decreto nº 9.679, de 02 de janeiro de 2019, o qual determinou a extinção de 21.000 cargos comissionados na administração pública federal, impactando a RFB com a redução de 22% na quantidade de funções comissionadas. O vídeo, ainda, discorreu sobre os principais eixos norteadores da reestruturação, quais sejam: (1) regionalização dos processos de trabalho nas atividades de gestão do crédito tributário, fiscalização, controle aduaneiro e repressão, tributação e contencioso, retaguarda de atendimento e gestão corporativa, com vistas à especialização das unidades e, conseqüentemente, à eficiência e ao aumento do desempenho; (2) diminuição das estruturas hierárquicas, com a redução das atuais dez Superintendências para cinco, uma das quais englobando, exclusivamente, o estado de São Paulo (nova 4ª Região Fiscal); (3) revisão das unidades físicas da RFB, cujo objetivo é a racionalização dos recursos e maior eficiência da utilização da estrutura física do órgão, com a diminuição no número de delegacias e agências e transformação de agências em postos de atendimento.

Em seguida, a Sra. Delegada Karen Yonamine Fujimoto iniciou uma apresentação com as informações pertinentes à nova 4ª Região Fiscal (atual 8ª Região Fiscal), dentre as quais, destacam-se a criação das seguintes unidades: Delegacia Nacional de Fiscalização (DENAF); Delegacia de Maiores Contribuintes (DEMAC) de Instituições Financeiras e outra de Serviços; quatro Delegacias Especiais de Administração Tributária (DERAT), com especialização dos processos de trabalho, nas cidades de Piracicaba (direito creditório e revisão do crédito tributário), Bauru (contencioso administrativo e judicial), Grande ABC (cobrança) e Sorocaba (parcelamento, cadastro, benefícios fiscais e regimes especiais); quatro Delegacias de Fiscalização (DEFIS), com especialização das atividades econômicas, nas cidades de Osasco (comércio), Campinas (indústria e órgão públicos), São José dos Campos (serviços) e Ribeirão Preto (infraestrutura e indústria de base); uma Delegacia Estadual, com atribuições para a representação institucional, gestão corporativa e administração dos Centros de Atendimento ao Contribuinte (CAC), e Seccionais distribuídas nas cidades de Araçatuba, Guarulhos, Taubaté, Jundiaí, Limeira, São José do Rio Preto, Santos e Franca.

Em relação à área aduaneira, a atual Delegacia Especial de Fiscalização de Comércio Exterior e Indústria (DELEX) será transformada em Delegacia de Comércio Exterior (DECEX), com atividades de fiscalização restritas ao comércio exterior, a atual Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho

(DIREP) da Superintendência passará a ser uma Delegacia de Repressão (DEREP). Quanto às atuais quatro alfândegas, todas serão mantidas e, especificamente sobre a Alfândega de São Paulo, a Unidade terá sua jurisdição ampliada para contemplar os recintos aduaneiros localizados no interior do estado, coordenando, portanto, os Portos Secos de Bauru, Taubaté e Sorocaba, o Clia Jacareí e os Aeroportos de São José dos Campos e São Carlos.

Após a explanação, o Sr. Ari Ajzental, representante do VIGIAGRO, questionou se o Serviço de Remessas Postais e Expressas (Correios) será mantido sob a jurisdição da Alfândega de São Paulo. A Sra. Delegada explicou que, quanto a esse processo de trabalho, não há grandes mudanças e confirmou a permanência do centro permutante dos Correios com a Unidade. A Sra. Laura Albuquerque Oliveira, representante da SEFAZ/SP, indagou se, com a reorganização administrativa da RFB no estado de São Paulo, a Alfândega de São Paulo coordenará todos os recintos alfandegados do estado. A Sra. Delegada esclareceu que a Unidade, além dos oito recintos jurisdicionados atualmente, incorporará somente os recintos localizados no interior do estado, mantendo-se a jurisdição da Alfândega do Porto de Santos sobre seus atuais recintos aduaneiros.

Encaminhamentos: Acompanhar as discussões relativas à reestruturação, atuando na reorganização da Unidade para refleti-la localmente.

- **Devolutiva de Encaminhamentos de Reuniões Anteriores**

Em relação à solicitação dos participantes para a adoção de medidas visando à simplificação do trânsito aduaneiro, o Sr. Pedro Antônio de Andrade, auditor-fiscal, chefe do Serviço de Despacho Aduaneiro (SEAD), expôs que a proposta de o depositário de destino avocar o trânsito aduaneiro, comprometendo-se a assumir a absoluta integridade das cargas entre a origem e o destino sem atuação direta da RFB, foi apresentada ao Superintendente Adjunto da 8ª Região Fiscal, auditor-fiscal Jonas de Magalhães Catta Preta. Tendo sido bem recebida pela administração regional, a proposta foi encaminhada à DIANA para análise da viabilidade de sua implantação. Sobre a criação de um quarto horário de parametrização das Declarações de Importação (DI) ou a postergação do último horário, informou-se que o último horário de parametrização atual, com horário às 15h, será estendido para as 16h. Quanto à Caixa Corporativa de e-mail para recebimento de ofícios da ANVISA, comunicou-se que ela já está em operação e funcionando adequadamente, conforme o idealizado na 3ª Reunião da COLFAC.

Encaminhamentos: Prosseguir com os procedimentos pendentes para atender aos encaminhamentos das reuniões anteriores.

- **Centro de Conferência Remota (CONFERE) de Mercadorias**

Para tratar desse assunto, convidou-se o Sr. Antônio Ferreira da Silva, consultor da COMPASS – Apoio e Orientação Empresarial em Comércio Exterior, para conduzir a apresentação. Tendo participado ativamente da implantação do CONFERE pela Alfândega do Porto de Santos, quando membro da comissão da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA), o Sr. Antônio Ferreira da Silva destacou que o Centro de Conferência Remota é uma alternativa útil para lidar com o cenário atual de significativa carência de servidores, uma vez que esse sistema viabiliza a gestão das informações por meio de imagens das operações de verificação física de cargas em recintos sob o controle aduaneiro. Assim, um mesmo servidor pode desembaraçar cargas de vários recintos sem a necessidade de deslocamento, permitindo mais eficiência e redução de prazos para o despacho. A operacionalização do CONFERE depende de investimentos em *softwares* de filmagem e digitalização, na contratação de *links* de *internet* de alta capacidade para a transmissão dos dados, no desenvolvimento de sistemas para o agendamento da fiscalização remota e na aquisição de equipamentos, tais como: câmeras de alta definição, câmeras portáteis, celulares para filmagem, *headsets* para os operadores, dispositivos de armazenamento de fotos/vídeos, computadores e televisores de alta definição.

O Sr. Antônio Ferreira da Silva salientou que a utilização de recursos tecnológicos aliada à atividade de despacho aduaneiro representa, irreversivelmente, a tendência para o futuro próximo, pois, com investimentos não muito vultosos (os recintos já possuem as principais estruturas tecnológicas), é possível assegurar a confiabilidade na qualidade e integridade dos dados, além de permitir a segurança com o armazenamento das informações. Mencionou-se, ainda, que o VIGIAGRO também implantou recentemente sua fiscalização por meio do CONFERE no Porto de Santos, com, inicialmente, o direcionamento das conferências de fertilizantes, agrotóxicos, produtos vegetais industrializados (inclusive azeites), vinho e outras bebidas, com possível ampliação para os casos de bagagens e dissociação (apartamento de *pallets* de carga contaminados).

Encerrando-se a apresentação, exibiu-se um vídeo ilustrativo dos testes iniciais da implantação do CONFERE, demonstrando tanto o acesso das imagens da área de conferência de cargas disponível à fiscalização quanto a atuação dos operadores dos recintos aduaneiros no manuseio das cargas e no cumprimento das orientações e solicitações repassadas remotamente pela fiscalização.

A Sra. Regina Terezinha solicitou mais informações sobre o grau de importância da ABTRA na implantação do CONFERE pela Alfândega do Porto de Santos. O Sr. Antônio Ferreira da Silva respondeu que a ABTRA é uma associação que reúne os terminais e recintos do Porto de Santos e, portanto, atua na centralização e gerenciamento das informações do CONFERE para, então, transferi-las à RFB de forma uniformizada. O custo de implementação para os recintos, quando indagado pela Sra. Delegada, foi estimado em R\$ 50.000,

ressalvando-se, contudo, que os valores dependem das características das estruturas física e tecnológica já disponíveis nos recintos e do modelo a ser operacionalizado. O Sr. Marcelo Del Ducca Marques, auditor-fiscal da RFB, indagou sobre a forma da transmissão das imagens e de seu acesso pela fiscalização. Elucidou-se-lhe que a transmissão, embora por rede dedicada, dá-se pela *internet* e o acesso depende de um *software* próprio, como o Digifort, utilizado em Santos. O Sr. Hugo Garcia, por fim, questionou acerca da segurança dos dados, já que a transmissão é feita pela *internet*. O Sr. Antônio Ferreira da Silva explicou que os recintos deverão providenciar ferramentas de segurança, como *firewalls*, a fim de assegurar o acesso somente às pessoas autorizadas, além disso pontuou ser importante uma transmissão em rede dedicada de ponta a ponta, apartada da rede anexada, para conferir maior proteção aos dados.

Ao término das explanações sobre o CONFERE, a Sra. Delegada exortou os recintos sob jurisdição da Alfândega de São Paulo a se reunirem quando houver a efetiva implantação do CONFERE pela Unidade, a fim de que sistemas, procedimentos e tecnologias sejam os mais uniformes possíveis. Além disso, ressaltou que, antes do início da implantação, haverá a publicação de regramentos locais específicos sobre a matéria.

Encaminhamentos: Continuar os estudos, pesquisas e reuniões para aprofundamento e avaliação do modelo, da viabilidade e das condições para a implantação do CONFERE na Unidade.

- **Sistema Harmonizado de Designação/Codificação de Mercadorias (SH) – Questões Abordadas na Última Conferência da Organização Mundial das Aduanas (OMA)**

A fim de discorrer sobre esse tema, convidou-se o Sr. Roberto Raya da Silva, perito engenheiro credenciado pela RFB, o qual participou da última Conferência da OMA, em que se abordaram considerações sobre o Sistema Harmonizado (SH), utilizado há exatos 30 anos pelo Brasil. Iniciando sua explanação, o Sr. Roberto Raya da Silva apresentou os principais problemas e dificuldades do modelo atual: (1) complexidade do Sistema Harmonizado (SH) e de sua linguagem (divergência de conceitos e descrições entre o SH e o corpo técnico das empresas, disposição das mercadorias entre os capítulos, utilização de termos arcaicos e/ou desatualizados etc.); (2) uso do Sistema Harmonizado (SH) para outros propósitos (como impostos, estatísticas e licenciamento); (3) inconsistências entre jurisdições (principalmente a partir do 6º dígito, que são os dígitos incrementados à base comum do sistema); (4) falta de transparência e visibilidade (impossibilidade de todos os interessados acessarem, por exemplo, as revisões das notas explicativas e as decisões) e (5) pouca celeridade de desenvolvimento (o

sistema ainda não contempla vários produtos da atualidade em suas descrições e considerações, como nos setores de tecnologia e medicamentos biológicos).

Dessa forma, a fim de reduzir o custo de conformidade, facilitar o comércio, coletar impostos eficientemente e melhorar a confiabilidade das estatísticas de comércio, apresentaram-se para a melhoria do Sistema Harmonizado (que sofre revisões quinquenais) as seguintes sugestões: (1) esclarecimento efetivo da nomenclatura (incluindo as posições, subposições, notas e regras gerais para interpretação); (2) melhor detalhamento das notas explicativas; (3) revisão da linguagem utilizada (muitas vezes arcaica e/ou desatualizada); (4) melhorias no banco de dados, das notas explicativas, do compêndio de opiniões de classificação e do índice alfabético (para permitir que as palavras-chaves sejam mais assertivas) e, por fim, (5) maior disponibilidade de informações (atualmente, o acesso às informações não é mais amplo e facilitado).

O Sr. Roberto Raya da Silva relatou também que foram discutidas na Conferência da OMA as definições de “função principal” e “característica essencial” e de que modo determiná-las eficazmente, como com o auxílio de referências nos capítulos e uso de exemplos, uma vez que elas podem variar segundo múltiplas interpretações. Por fim, abordando a hipótese de automatização da classificação fiscal de mercadorias, por meio do uso de inteligência artificial e bancos de dados, o Sr. Roberto Raya da Silva expôs alguns problemas e obstáculos à sua efetivação, pois o aspecto humano é essencial nessa atividade. A fim de respaldar a afirmação anterior, relataram-se alguns casos em que há múltiplas interpretações e argumentações a sustentá-las e a determinação da classificação fiscal final advém, apenas, depois de um processo de votação. Além disso, frisou-se que um profissional dessa área necessita de, aproximadamente, 10 anos de treinamento para o cumprimento adequado de suas funções.

Encaminhamentos: Não há.

3. ENCERRAMENTO

Finalizados os debates, a Sra. Delegada convidou todos os presentes para a 8ª Reunião da COLFAC da Alfândega de São Paulo, cuja data será confirmada e divulgada posteriormente.

Não mais restando assuntos a tratar, a Sra. Delegada agradeceu a presença de todos os participantes e encerrou a 7ª Reunião da Comissão Local de Facilitação de Comércio (COLFAC) na Alfândega de São Paulo.

Karen Yonamine Fujimoto
Delegada da ALF/SPO

Pedro Antônio de Andrade
Chefe do SEDAD da ALF/SPO

Carina Mayumi Yamashita Oura
Representante da ANVISA

Laura Albuquerque Oliveira
Representante da SEFAZ/SP

Marcelo Arnoni Penteado
Representante da SEFAZ/SP

Ari Ajzentel
Representante do VIGIAGRO

Celso Gabriel Herreira Nascimento
Representante do VIGIAGRO

ANEXO – PARTICIPANTES:

Karen Yonamine Fujimoto, auditora-fiscal da RFB, Delegada da ALF/SPO
Pedro Antônio de Andrade, auditor-fiscal da RFB, Chefe do SEDAD da ALF/SPO
Luis Fernando Giolo, auditor-fiscal da RFB, Chefe-Substituto do SEDAD da ALF/SPO
Carina Mayumi Yamashita Oura, representante da ANVISA
Ari Ajzental, Representante do VIGIAGRO
Celso Gabriel Herreira Nascimento, Representante do VIGIAGRO
Laura Albuquerque Oliveira, representante da SEFAZ/SP
Marcelo Arnoni Pentead, representante da SEFAZ/SP
Milton Alves, auditor-fiscal da RFB, supervisor do Clia Elog Mooca
Hugo Garcia, auditor-fiscal da RFB, supervisor do Clia Cragea
Denise B. M. e Castro Bastos, auditora-fiscal da RFB, supervisora do Clia Santo André
Gustavo G. Fernandes Garrote, auditor-fiscal da RFB, supervisor do Porto Seco Barueri
Conrado Cunha Waldvogel, auditor-fiscal da RFB, supervisor do Clia CNAGA
Fábio Toledo Arruda Fonseca, auditor-fiscal da RFB
Gastão Ossamu Iqueda, auditor-fiscal da RFB
Pedro Manuel Martins de Barros, auditor-fiscal da RFB
Régis Nascimento, auditor-fiscal da RFB
Haroldo A. Paes de Barros, auditor-fiscal da RFB
Marcos Aurélio Filgueiras, auditor-fiscal da RFB
Marcelo Del Ducca Marques, auditor-fiscal da RFB
Michel Renato Manzolli Ballestero, auditor-fiscal da RFB
Hélio Makiuti, auditor-fiscal da RFB
Caio Augusto Parolin Soares, auditor-fiscal da RFB
Luciana Tenerelli Alvarez, auditora-fiscal da RFB
Monnalisa de Fátima Schnaider M. da Cunha, auditora-fiscal da RFB
Antonio Carlos Del Rio Candal, analista-tributário da RFB
Livea Zarantonelli de Oliveira, analista-tributário da RFB
Laércio Aparecido Marques, analista-tributário da RFB
Roberto Raya da Silva, engenheiro credenciado da RFB
Marcia Schäffer, coordenadora, Aliança PROCOMEX
Marcos Antônio de Assis Farneze, presidente, SINDASP
Lucio Machado de Melo, despachante aduaneiro, SINDASP
Regina Terezinha, diretora, SINDASP
Lourival Martins, diretor, SINDASP
Thiago Martins, diretor, SINDASP

Rubens Torres Medrano, diretor, FecomercioSP
Natália Tafarello, analista, FecomercioSP
Eliana Tiemi Kimura, analista, FIESP
Carlos José Redigolo Lopes, coordenador logístico, Clia Cragea
José Carlos Rodrigues, consultor, Clia Santo André
Ramon Casemiro dos Santos, fiel depositário, Clia CNAGA
Silvio Prata Figaro, gerente de sistemas, Clia CNAGA
Maria Angela Martins, gerente comercial, Clia CNAGA
Jefferson Satyro, diretor, Porto Seco Agesbec
Robson F. Lalier, gerente de TI, Porto Seco Agesbec
Bruno Vieira do Amaral, gerente de operação, Multilog
Eclésio da Silva, diretor, Multilog
Fabricio Baggio, diretor, Multilog
Dunya Markiz Pelizão, gerente de operação, Multilog
Luis Henrique Pigatti, diretor, Aurora Terminais
André Luiz Zanferrari Lozigia, gerente, Porto Seco Bauru
Alan Juan Lear, diretor de operações, Lachman Terminais
Deiler Alves de Oliveira, gerente de logística, Clia EMBRAGEN
Verônica Moraes, farmacêutica, Universal Armazéns Gerais e Alfandegados Ltda.
Angela de C. Almeida, gerente de terminal, Universal Armazéns Gerais e Alfand. Ltda.
Rodrigo Hideo Suzuki, coordenador de TI, Universal Armazéns Gerais e Alfand. Ltda.
Ana Lúcia de Siqueira, gerente comercial, Universal Armazéns Gerais e Alfand. Ltda.
Gerson Antônio, consultor comercial, Universal Armazéns Gerais e Alfand. Ltda.
Antônio Ferreira da Silva, consultor, COMPASS
Marcio Galharde, gestor operacional, Safe Trade Consultoria Aduaneira Ltda.
João Batista Nista, Confidence Assessoria em Comércio Exterior Ltda.
Isac Florêncio, consultor, Haidar Transportes e Logística Ltda.
Daniela Floriano, advogada, Rayes & Fagundes Advogados Associados
Tamires Alves, consultora